

Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

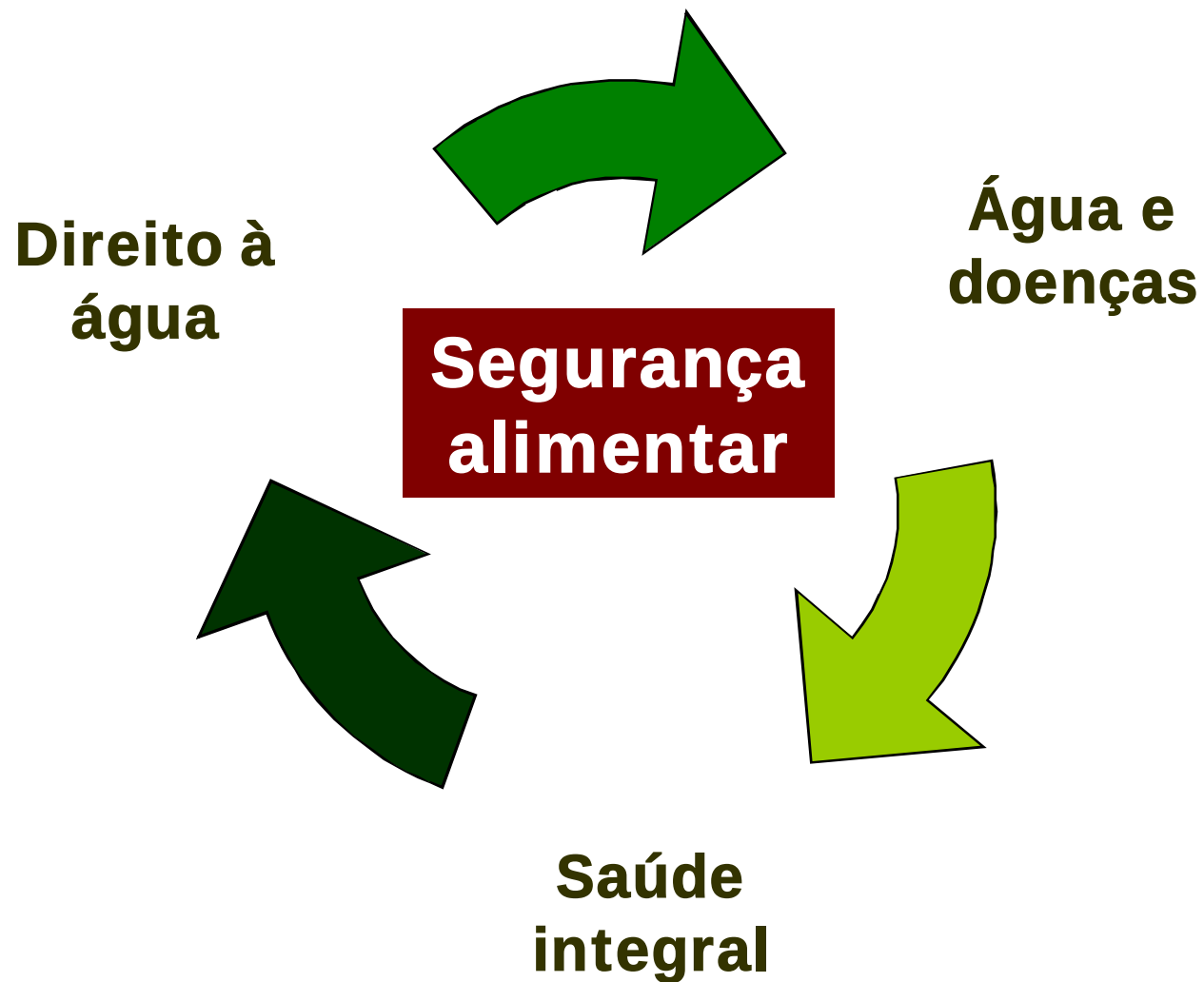
O USO ESTRATÉGICO DA ÁGUA

Legislação Hídrica no Brasil e a Revisão da Portaria MS 518/04

Guilherme Franco Netto

Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Água e saúde pública



Legislação de potabilidade da água

Linha do Tempo

1977

Decreto Federal n.º 79.367/1977
Concede competência ao MS em articulação com as SES e DF para elaborar normas e padrões de potabilidade da água para consumo humano

Portaria BSB n.º 56/1977
Aprova as Normas e o Padrão Nacional de Potabilidade da Água para Consumo Humano (1ª legislação)

Portaria BSB n.º 635/1975
Aprova as normas e padrão sobre fluoretação de águas

Portaria BSB n.º 443/1978
Normas sobre proteção sanitária dos mananciais, dos serviços de abastecimento e seu controle de qualidade e das instalações prediais



Secretaria de Vigilância em Saúde

Qualidade da Água para Consumo Humano - Linha do Tempo

1983/84

1a.
Edição Guias
OMS

1986

Decreto Federal
n.º 92.752 / 1986
Programa Nacional de
Vigilância da Qualidade
da Água para
Consumo Humano

1990

Revisão da Portaria BSB n.º 56 / 1974
e
publicação da Portaria GM n.º 36 / 1990

1993

2a.
Edição Guias
OMS



Ministério
da Saúde





Secretaria de Vigilância em Saúde

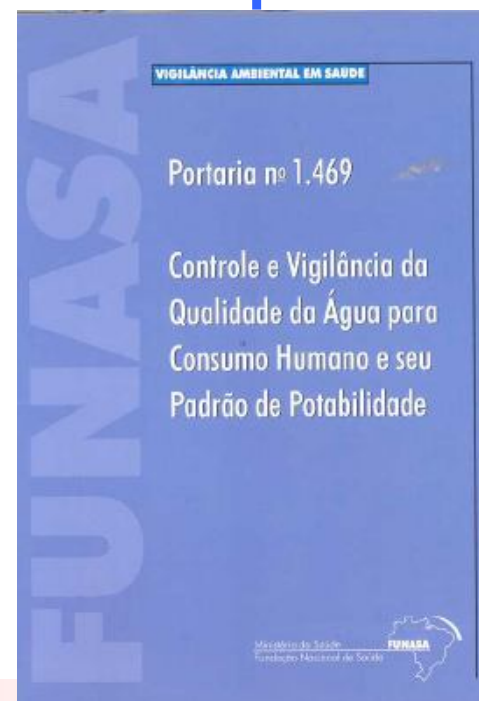
Qualidade da Água para Consumo Humano - Linha do Tempo

2000

**Portaria MS n.º
1469 / 2000 é
publicada;
Portaria GM
n.º.36 / 1990 em
vigor ainda por
2 anos**

2002

**Portaria MS n.º
1469 / 2000
Entra em vigor**



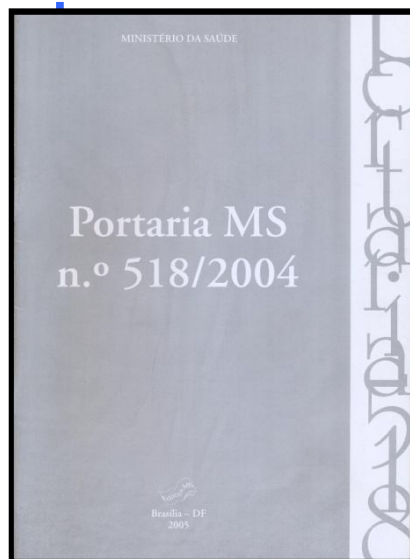


Secretaria de Vigilância em Saúde

Qualidade da Água para Consumo Humano - Linha do Tempo

2004

Portaria
MS n.º
518/2004



3a. Edição Guias
OMS

2006

Inicia-se a discussão para
revisão da
Portaria MS n.º 518/2004

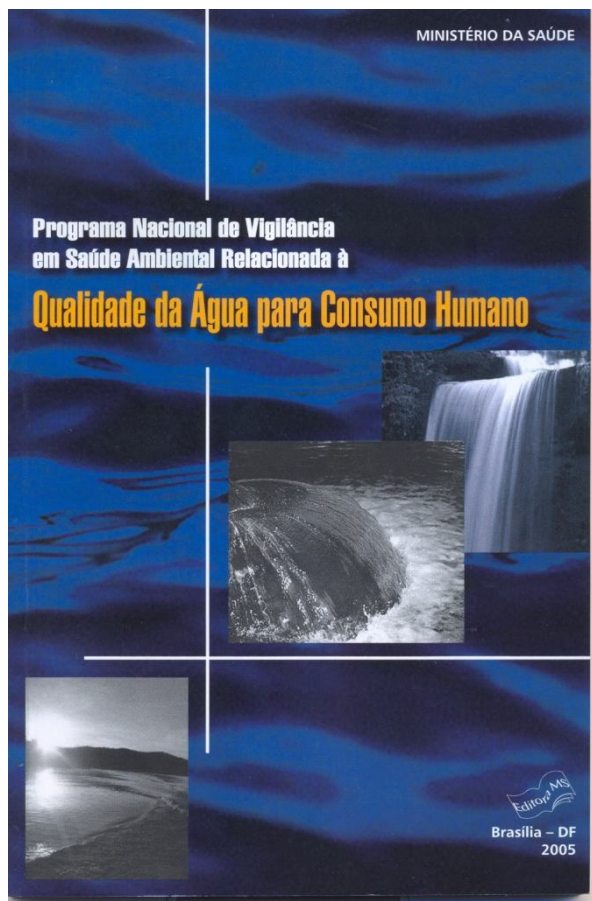
2007

Lei n.º 11.445 /
2007
Estabelece
diretrizes
nacionais para
o saneamento
básico



Ministério
da Saúde

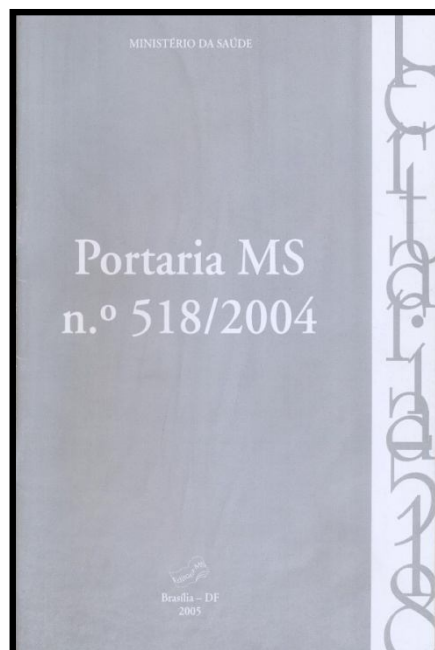




Programa Nacional de
Vigilância em Saúde
Ambiental,
Relacionada à
Qualidade da ***Água***
para ***Consumo***
Humano

Objetivo do VIGIAGUA

Garantir à população o **acesso à água** com **qualidade** compatível com o padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, para a **promoção da saúde**



Portaria MS n. 518/2004

Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Responsabilidades

VIGILÂNCIA



**SETOR
SAÚDE**

CONTROLE



**RESPONSÁVEL
PELO
FORNECIMENTO
DE ÁGUA**

Aborda cerca de 80 parâmetros de qualidade da água:

- **Parâmetros físicos**
- **Parâmetros microbiológicos**
- **Substâncias químicas orgânicas e inorgânicas**
- **Agrotóxicos**
- **Cianotoxinas**

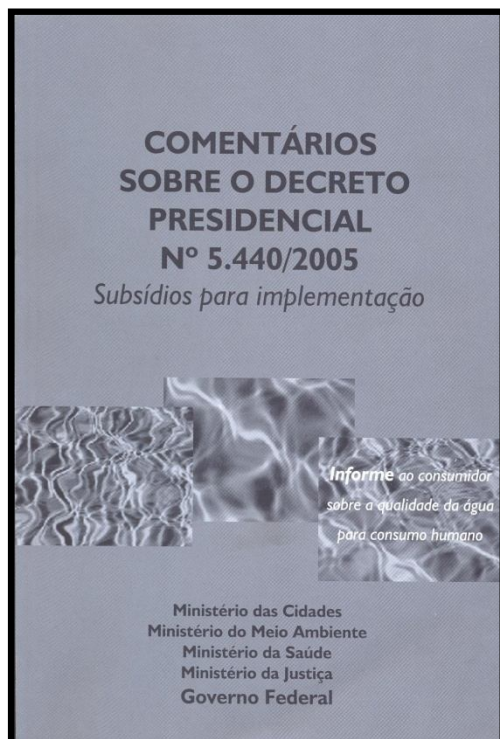
Avanços da Portaria nº 518/2004

- Definição das competências, Deveres e responsabilidades do controle e vigilância
- Visão sistêmica e integrada no controle da qualidade da água
- Princípio de boas práticas no abastecimento de água

Avanços da Portaria nº 518/2004

- **Avaliação**, gerenciamento e comunicação **de risco**
- **Enfoque epidemiológico** permeando toda a Norma
- **Direito de informação ao consumidor**

DECRETO N.º 5 440/2005



Institui os mecanismos e instrumentos para *divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água* para consumo humano, conforme os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria 518/2004



Secretaria de Vigilância em Saúde

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA REVISÃO DA PORTARIA MS nº 518/2004



Fonte: CGVAM/SVS/MS



Fonte: José Vieira



Fonte: OPAS/OMS
Ministério
da Saúde





Embasamento jurídico para a Revisão da Norma

Art. 4.º O Ministério da Saúde promoverá, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, a **revisão da Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano** estabelecida nesta Portaria, no prazo de 5 anos ou a qualquer tempo (...)

Oficinas de Trabalho nas Assembléias da ASSEMAE

2005 - Belo Horizonte/MG

2006 - Joinville/SC

Reuniões da CGVAM

2006: Grupo Técnico Assessor do VIGIAGUA – Levantar pontos de questionamentos da Portaria 518

2007: ANVISA e FUNASA - Interface e competências

2008: Discussão do processo de revisão da Portaria nº 36/1990

Proposta metodológica para sua revisão

- ❖ Instituição de Grupo Técnico Coordenador e subgrupos de trabalho;
- ❖ Análise das atualizações dos Guias da OMS
- ❖ Revisão Bibliográfica
- ❖ Leitura crítica de todos os artigos da Portaria sobre a luz do novo marco regulatório (Lei 11.445/2007) do saneamento básico

Proposta metodológica para sua revisão

- ❖ Disponibilização de espaço *on line* : críticas, sugestões e dúvidas
- ❖ Contribuições dos estudos realizados por instituições:
ASSEMAE/FUNASA; PMSS/MC e CGVAM/MS;
Universidades; Outras
- ❖ Realização de Oficinas de trabalho e Seminário Nacional
- ❖ Consulta Pública, Fóruns de controle social
(CISAMA/CNS, ConCidades, CONAMA, CNRH e etc.) e
de gestão pública (GT/VS).

Principais aspectos que demandam revisão

- ❖ Conceitos
- ❖ Parâmetros: ex. químicos emergentes - Resíduos farmacêuticos
- ❖ Plano de amostragem
- ❖ Definições de atribuições e competências das instituições envolvidas (ANVISA, FUNASA, Ministério das Cidades, Meio Ambiente, defesa do consumidor, etc.)



OBRIGADO!!!

guilherme.netto@saude.gov.br

SVS anos

**Secretaria de
Vigilância em Saúde**

**Ministério
da Saúde**

